



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA ALDEIA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

GOVERNO MUNICIPAL  
**São Pedro da Aldeia**  
QUALIDADE DE VIDA PARA TODOS

9853/23  
321  
41

PMSPA
Proc. Nº 9853/23
Folha Nº 853
Rubrica

**TERMO DE REFERÊNCIA**

**1. DO OBJETO:**

1.1. O presente documento consiste em Termo de Referência elaborado pela Administração Pública Municipal de São Pedro da Aldeia com objetivo de promover a contratação de empresa especializada em prestação de Serviços de Segurança e Medicina do Trabalho, a fim de elaborar e coordenar o Programa de Gerenciamento de Riscos – **PGR**; Laudo Técnico das Condições Ambientais de Trabalho – **LTCAT**; e Laudo Técnico de Insalubridade e Periculosidade – **LTIP**, Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional – **PCMSO**, **PPP** (Perfil Profissiográfico Previdenciário), realização de exames ocupacionais (ASO), e outros, todos com vistas a prestar assessoria em Saúde e Segurança do Trabalho para o cumprimento das exigências, constantes no Decreto Federal nº 8.373, de 11 de dezembro de 2014 que instituiu o Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas – eSocial.

1.2. A seleção se dará através de licitação do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL**, com escolha da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, através do sistema de Registro de Preços, processando-se nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, Decreto Federal nº 11.462/23, Decreto Federal nº 10.024/2019, Lei Complementar nº 123/2006, Decreto Municipal nº 133, de 18 de setembro de 2023, e demais disposições legais aplicáveis.

1.3. A estimativa de preços e estimativa da quantidade e possíveis soluções para a presente contratação encontram-se no Anexo I e Anexo II, respectivamente.

**2. JUSTIFICATIVA:**

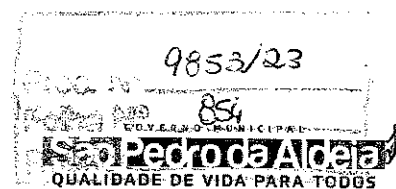
2.1. O Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas (e-Social) foi instituído pelo Decreto Federal 8.373 de 11 de dezembro de 2014 e visa: i) viabilizar a garantia de direitos previdenciários e trabalhistas aos trabalhadores; ii) simplificar o cumprimento de obrigações; iii) aprimorar a qualidade de informações das relações de trabalho, previdenciárias e fiscais por meio da unificação do envio de informações ao Governo Federal.

2.2. O Decreto Federal 8.373/2014 estabelece em seu art. 2º, parágrafo 1º, inciso III que as pessoas jurídicas de direito público da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios estão sujeitas às prestações de informações elencadas no diploma, sendo a referida obrigatoriedade iniciada em 01 de janeiro de 2023, conforme Portaria Conjunta MTP/RFB/ME nº 2, de 19 de abril de 2022.

2.3. A par da relevância dos documentos e informações elencados nos diplomas do e-Social, a partir de 15 de junho de 2023 passou a vigor a imposição de penalidades aos órgãos e entes que não encaminharem as informações necessárias, verificando-se,



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA ALDEIA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**



inclusive, a possibilidade de multas elevadas, as quais, se aplicadas, prejudicarão o erário deste Ente Municipal.

2.4. O Governo do Município de São Pedro da Aldeia sempre esteve atento às obrigações impostas pela legislação Federal, tendo efetuado contrato entre 17/08/2022 a 17/08/2023, com vistas ao início da coleta de informações necessárias ao sistema, em especial no tocante às informações e dados de Segurança e Saúde do Trabalho (SST), cuja estrutura Municipal não dispões de funcionários e técnicos aptos a produção dos documentos relacionados.

2.5. O monitoramento da saúde dos servidores e funcionários públicos por meio de exames médicos clínicos e complementares, bem como, a elaboração de laudos, representam atividade a ser executada continuamente, e, necessitam de constante atualização face às exigências do e-Social.

2.6. Neste sentido, faz-se necessária a contratação de empresa especializada com vistas a implementação de Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional – PCMSO, Programa de Gerenciamento de Riscos - PGR, a elaboração de Laudo Técnico das Condições Ambientais de Trabalho – LTCAT, Laudo Técnico de Insalubridade e Periculosidade – LTIP, PPP - Perfil Profissiográfico Previdenciário, e outros.

2.7. A presente contratação se justifica também pela obrigatoriedade de atendimento aos ditames do art. 7, do inciso XXII da Constituição Federal, do Capítulo V da CLT, com a redação dada pela Lei nº. 6.514/1977 e as Normas Regulamentadoras - NRs 01, 05, 07, 09, 15 e 16.

### **3. ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO:**

3.1. Os programas e demais serviços mencionados no item 1 apresentam as seguintes finalidades e definições:

**3.2. PGR - Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR) e respectiva coordenação:**  
O PGR é a materialização do processo de Gerenciamento de Riscos Ocupacionais (por meio de documentos físicos ou por sistema eletrônico), visando à melhoria contínua das condições da exposição dos trabalhadores por meio de ações multidisciplinares e sistematizadas. O PGR é uma obrigação constante na NR-01. Dessa forma, todos os empregadores quem mantenham trabalhadores como empregados (CLT) e estatutário devem providenciar a elaboração do PGR.

3.2.1. O Programa de Gerenciamento de Riscos deverá ser elaborado e coordenado em conformidade com as normas NR01 e NR9 do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), o qual deve ser apresentado em documento base, no prazo de até 12 (doze) meses após a assinatura do Contrato, conforme calendário a ser apresentado pela Prefeitura de São Pedro da Aldeia, podendo ser prorrogado caso haja algum problema técnico/operacional, considerando o número vultoso de servidores.

3.2.2. Planejamento anual com estabelecimento de metas, prioridades e cronograma de execução;

3.2.3. Estratégia e metodologia de ação;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA ALDEIA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

PMSPA  
Proc. Nº 9853/23  
Folha Nº 855  
Rubrica GOVERNO MUNICIPAL  
QUALIDADE DE VIDA PARA TODOS

3.2.4. Forma de registro, manutenção e divulgação dos dados;

3.2.5. Periodicidade e forma de avaliação do desenvolvimento do PGR;

3.2.6. Reconhecimento qualitativo e quantitativo de riscos.

3.2.7. Indicação de equipamentos de proteção individual (EPI) apenas quando comprovada a inviabilidade técnica da adoção de medidas de proteção coletiva, quanto essas não forem suficientes ou se encontrarem em fase de estudo, planejamento ou implantação, ou ainda, em caráter complementar ou emergencial, conforme previsto na NR06.

3.2.8. O PGR deverá conter expressamente indicação de proteção de máquinas e equipamentos, de acordo com cada órgão/setor/atividade, caso estejam em desacordo com a Norma Regulamentadora citada, devendo orientar formas de reduzir, eliminar ou minimizar os riscos detectados;

3.2.9. Estabelecimento de prioridades e metas de avaliação e controle através da:

- a) Avaliação dos riscos e da exposição dos trabalhadores;
- b) Definição das medidas de controle;
- c) Cronograma de Ação.

3.2.10. O reconhecimento dos riscos será feito através de entrevistas com pelo menos um ocupante de cada função e seus respectivos chefes imediatos, bem como visita técnica *in loco* das instalações.

3.2.11. Medição de Ruído - que será realizada pela coleta das amostras por dosimetria, interpretação e caracterização dos resultados, com base nos procedimentos técnicos estabelecidos pelas Normas Regulamentadoras do MTE (Ministério do Trabalho e Emprego).

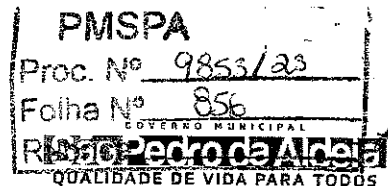
3.2.12. Sobrecarga Térmica (Medição de Estresse Térmico através de Termômetro de Globo) - coleta das amostras para análise das condições de temperatura e regime de trabalho da suposta hora mais desfavorável, interpretação e caracterização dos resultados, com base nos procedimentos técnicos estabelecidos pelas Normas Regulamentadoras do MTE (Ministério do Trabalho e Emprego).

3.2.13. Medições Diversas - a diversidade de atividades exercidas pelos funcionários e servidores poderá ensejar em outras espécies de medições não elencadas acima, como, por exemplo: medição de temperatura, umidade relativa do ar, iluminação e outras.

3.2.14. Avaliação de Atividades e Operações perigosas - o reconhecimento dos riscos deverá ser efetuado através de visita aos órgãos da administração pública, para análise dos processos de produção e métodos de trabalho, deverão ser realizadas pesquisas baseadas em uma amostra dos servidores públicos, ratificadas pelo respectivo chefe imediato destes. A interpretação dos resultados deverá ser



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA ALDEIA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO



feita de acordo com os critérios estabelecidos na NR16 (informações estas com reflexos sobre adicionais de Periculosidade/MTP).

**3.2.15. Execução de Avaliação Qualitativa e Quantitativa de Agentes Químicos** através de Bomba de Amostragem – será realizado por profissionais qualificados que tenham conhecimento das metodologias para realização das avaliações e para manipular equipamentos de amostragem e medição de substâncias químicas através de coleta das amostras realizadas no local de trabalho dos servidores, visando dimensionar a exposição ocupacional dos grupos de trabalhadores em risco e subsidiar o equacionamento das medidas de prevenção.

**3.3. PCMSO - Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional e respectiva coordenação:** O PCMSO é um documento que tem como finalidade os seguintes pontos: i) Relacionar todos os riscos ocupacionais dos servidores; ii) Propor soluções plausíveis; iii) Acompanhar a situação clínica daqueles que se envolveram em determinado risco ocupacional durante o expediente; iv) Contribuir indiretamente para a melhoria da cultura organizacional. A NR 7 define a obrigatoriedade da elaboração e da implementação do PCMSO por parte de toda a Administração Pública. O programa tem como objetivo principal promover a saúde dos servidores e prevenir doenças ocupacionais.

**3.3.1.** Trata-se de uma ferramenta de controle da saúde ocupacional e física dos servidores, de acordo com os riscos que estiverem expostos no ambiente de trabalho, com o objetivo de prevenir e diagnosticar precocemente os danos à saúde decorrentes do trabalho.

**3.3.2.** Para que sejam identificados os riscos, o PCMSO deverá ser executado e coordenado após a execução do PGR;

**3.3.3.** Algumas de suas exigências básicas são as realizações dos exames em todos os servidores públicos do Município de São Pedro da Aldeia com a elaboração do programa de Controle Médico da Saúde Ocupacional, visando a promoção da saúde e integridade dos servidores, considerando os cargos ocupados, a tarefa executada, a exposição dos agentes nocivos, a idade, entre outras variáveis, e deverá conter no mínimo:

**3.3.3.1.** Indicação de **exames admissionais**, considerando o cargo e a atividade desempenhada.

**3.3.3.2.** Indicação de **exames periódicos**, considerando a atividade que realiza o agente de exposição, queixas mais frequentes, inclusive nos casos de suspeita de LER/DORT, não se limitando aos critérios de idade, entre outros.

**3.3.3.3.** Indicação de **exames demissionais**, considerando o cargo e a atividade desempenhada.

**3.3.3.4.** Indicação de **exames de retorno ao trabalho e mudança de cargo/função que implique em mudança de risco.**



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA ALDEIA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**

PMSPA	
Proc. Nº	9853/23
Folha Nº	857
Rubrica: GOVERNO MUNICIPAL	
SÃO PEDRO DA ALDEIA	
QUALIDADE DE VIDA PARA TODOS	

3.3.4. Para cada exame que tratam os itens acima, deverão ser emitidos os respectivos Atestados de Saúde Ocupacional – ASO (em duas vias), devidamente assinados pelo Médico Examinador.

3.3.5. **Exames Ocupacionais** (admissão, demissão, periódico, retorno ao trabalho e mudança de cargo/função):

3.3.5.1. Os atestados deverão conter no mínimo os seguintes dados:

- a) Nome completo do/a trabalhador/a, o número de registro de sua identidade e sua função, riscos ocupacionais específicos existentes ou a ausência deles, na atividade do/a empregado/a;
- b) Indicação dos procedimentos médicos a que foi submetido o/a trabalhador/a, incluindo os exames complementares e a data em que foram realizados, se for o caso;
- c) Nome do/a médico/a encarregado/a do exame, data e assinatura, carimbo contendo seu número de inscrição no Conselho Regional de Medicina.
- d) Definição de apto ou inapto, para a função específica que o/a trabalhador/a vai exercer, exerce ou exerceu. Em caso de inaptidão deverá conter a justificativa do impedimento para o exercício da função.

3.3.6. Exames complementares: os elencados no Anexo I e outros que venham a ser considerados como necessários pelo médico coordenador ou quando relacionados a possível exposição a riscos ocupacionais e ambientais presentes no local de trabalho do funcionário ou que façam parte da sua atividade laboral propriamente dita.

3.3.7. O prazo para entrega do PCMSO, obedecerá ao calendário a ser elaborado pelo Município de São Pedro da Aldeia, atentando, preferencialmente, ao prazo de 180 (cento e oitenta) dias após a entrega do respectivo PGR correspondente à atividade/serviço, podendo ser prorrogado caso haja algum problema técnico/operacional, considerando o número vultoso de servidores.

3.3.8. Os dados obtidos nos exames médicos, incluindo avaliação clínica e exames complementares, as conclusões e as medidas aplicadas deverão ser registradas em prontuário clínico individual, que ficará sob a responsabilidade do médico-coordenador do PCMSO.

3.3.9. O PCMSO deverá obedecer a um planejamento em que estejam previstas as ações de saúde a serem executadas durante o ano, devendo ser objeto de relatório anual, conforme constante na NR 07 do MTE.

3.3.10. O relatório anual deverá discriminar, por Órgão, o número e a natureza da Prestação de Serviços de Segurança e Saúde do Trabalho como exames médicos, incluindo avaliações clínicas e exames complementares, estatísticas de resultados considerados anormais, assim como o planejamento para o próximo ano.

3.3.11. O relatório anual do PCMSO deverá ser disponibilizado ao contratante pela contratada em forma de arquivo informatizado.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA ALDEIA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

GOVERNO MUNICIPAL	
ESTADO DO RIO DE JANEIRO	
MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DA ALDEIA	
QUALIDADE DE VIDA PARA TODOS	
Proc. Nº	9853/23
Folha Nº	868
Rubrica	f

**3.4. LTCAT – Laudo Técnico das Condições do Ambiente de Trabalho**, conforme estabelece o artigo 58 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os planos de benefício da previdência social, é o documento onde são identificados os agentes físicos, químicos, biológicos e exposição a eletricidade acima de 250 volts aos quais o trabalhador está exposto e que são prejudiciais à saúde ou à integridade física, sendo instrumento para o fornecimento de informações ao sistema previdenciário para fins de concessão da aposentadoria especial.

**3.4.1.** O Laudo em questão visa o controle da necessidade do pagamento de aposentadoria especial para os servidores, realizado por engenheiro de segurança do trabalho devendo ser analisado qualitativa e quantitativamente, quando possível, de riscos ocupacionais presentes no ambiente do trabalho ou gerado pelo processo produtivo, apresentando os aparelhos que utilizará, os quais, obrigatoriamente, deverão ser aqueles aceitos pelas Normas Técnicas.

**3.4.2.** O reconhecimento das condições acima mencionadas será feito através de entrevistas com o mínimo de um ocupante de cada função e seus respectivos chefes imediatos, com visita técnica das instalações.

**3.4.3.** Os laudos deverão ser assinados por médico, especialista em medicina do trabalho, ou engenheiro de segurança do trabalho, contratados pela empresa CONTRATADA.

**3.4.4.** O Laudo Técnico de Condições Ambientais do Trabalho obedecerá ao calendário a ser elaborado pelo Município de São Pedro da Aldeia, atentando, preferencialmente, ao prazo de até 12 (doze) meses após a assinatura do Contrato, conforme calendário a ser apresentado pela Prefeitura, podendo ser prorrogado caso haja algum problema técnico/operacional, considerando o número vultoso de servidores.

**3.5. Laudo Técnico de Insalubridade e Periculosidade – LTIP**, é um laudo técnico que documenta e fornece diversas informações sobre o ambiente de trabalho, expondo a presença de agentes nocivos à saúde dos trabalhadores. O laudo é igualmente previsto na Lei 8.213/1991 e inclusive gera informações para fins de pagamento de adicionais de insalubridade e periculosidade.

**3.5.1.** O LTIP é um documento que avalia as condições do ambiente de trabalho a fim de determinar se o mesmo é insalubre ou não, verificando os agentes físicos, químicos e biológicos aos quais os trabalhadores estão expostos.

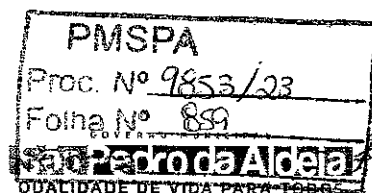
**3.5.2.** O reconhecimento das condições acima mencionadas será feito através de entrevistas com o mínimo de um ocupante de cada função e seus respectivos chefes imediatos, com visita técnica das instalações e avaliações qualitativas e quantitativas do ambiente de trabalho.

**3.5.3.** Os laudos deverão ser assinados por médico, especialista em medicina do trabalho, ou engenheiro de segurança do trabalho, contratados pela empresa CONTRATADA;

**3.5.4.** O Laudo de Técnico de Insalubridade e Periculosidade obedecerá ao calendário a ser elaborado pelo Município de São Pedro da Aldeia, atentando,



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA ALDEIA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**



preferencialmente, ao prazo de até 12 (doze) meses após a assinatura do Contrato, conforme calendário a ser apresentado pela Prefeitura, podendo ser prorrogado caso haja algum problema técnico/operacional, considerando o número vultoso de servidores.

**3.6. Elaboração PPP – Perfil Profissiográfico Previdenciário – (Obrigatório desde 2004 IN – 99 do INSS)** Fazer estudos das atividades realizadas pela contratante, analisando as exigências psicossomáticas de cada uma, para elaboração de análises profissiográficas e emissão Perfil Profissiográfico Previdenciário - PPPs dos empregados, quando demandados.

**3.6.1.** A Elaboração do PPP se faz necessária para suprir a necessidade com finalidade específica de comprovar as condições para habilitação de benefícios e serviços previdenciários, em particular, o benefício de aposentadoria especial, além de possibilitar aos administradores públicos acesso a bases de informações verazes, como fonte primária de informação estatística, para desenvolvimento de vigilância sanitária e epidemiológica, bem como definição de políticas em saúde coletiva da Prefeitura Municipal de São Pedro da Aldeia, a fim de confirmar sua adequação à legislação aplicável, cujo procedimento e metodologia a serem empregados devem seguir os parâmetros e especificações definidas no presente Termo de Referência.

**3.6.2.** Ressalta-se que esta municipalidade possui em seu quadro de servidores em atividade, cargos nos quais seus ocupantes sofrem exposições diretas a agentes que por sua vez, podem ser classificados como nocivos à saúde, trazendo assim, riscos eminentes aos executores das funções, e de tantos outros atores envolvidos.

**3.6.2.1.** Neste tocante, podemos afirmar que, servidores desta municipalidade ficam expostos de acordo com as atividades que exercem, sendo assim, podemos citar alguns cargos em que há tal exposição. São eles, os Médicos, Odontólogos, Agentes de Saúde, Agentes de Endemias, Enfermeiros, Auxiliares de Enfermagem e Técnicos de Enfermagem, dentre outros cujo as atividades os expõem às condições especiais de trabalho, e que necessitarão de empresa especializada, que elabore os referidos documentos de Perfil Profissiográfico Previdenciário (PPP) a fim de avaliar as condições de trabalho e consequentemente, habilitação para benefícios e serviços previdenciários especiais além de oferecer a administração pública a possibilidade de melhoria nas condições básicas de trabalho das categorias.

**3.6.3.** O relatório sobre a etapa conterà conclusão e resultado da realização dos PPP's, com a indicação, em análise sumária e ainda preliminar, dos possíveis riscos que já puderem ser identificados, descrevendo a metodologia adotada e apontando os pontos que mereçam maior ênfase da Administração.

**3.6.4.** A contratada deve realizar a descrição dos procedimentos de trabalho adotados pela consultoria e assessoria para expedir os documentos:

- a) Com a descrição dos procedimentos adotados para atender a legislação, normas e políticas, avaliadas nesta etapa;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA ALDEIA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

PMSPA 9853/23  
Proc. Nº 954  
Folha Nº 8  
GOVERNO MUNICIPAL  
RUBRICA: 9853/2023  
QUALIDADE DE VIDA PARA TODOS  
9853/2023  
952  
99

- b) Apurar possíveis deficiências de controle, inconsistências e não-conformidades identificadas, informando os impactos e riscos operacionais, financeiros e trabalhistas associados a cada deficiência;

**4. MODALIDADE DE LICITAÇÃO:**

4.1. Os serviços a serem prestados pela empresa a ser contratada são considerados como serviços comuns, razão pela qual se enquadram dentro da licitação na modalidade de **Pregão Eletrônico, através do Sistema de Registro de Preços**, cujo critério de julgamento será o de **MENOR PREÇO**, sob a forma de execução **INDIRETA**, no regime de empreitada por **Preço Global**, processando-se nos termos processando-se nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, Decreto Federal 11.462/23, Decreto Federal nº 10.024/2019, Decreto Municipal nº 133, de 18 de setembro de 2023, Lei Complementar nº 123/2006, e demais disposições legais aplicáveis no Edital.

**5. REQUISITOS TÉCNICOS E CERTIFICAÇÕES:**

5.1. As empresas licitantes deverão apresentar os seguintes requisitos:

5.1.1. Comprovante de Registro ou inscrição ativa e regular no Conselho Regional de Medicina do Rio de Janeiro (CREMERJ), ou no Conselho Regional de Medicina do Estado de origem;

5.1.1.1. A empresa licitante que apresentar comprovante de registro de outro Estado, fica desde já ciente de que deverá apresentar, até o momento da assinatura do contrato, declaração comprobatória da sua inscrição ativa e regular no CREMERJ, em consonância às normas da referida Autarquia;

5.1.2. Declaração que a empresa possui equipe para desempenhar as atividades pertinentes ao objeto da licitação indicando os coordenadores e responsáveis, nominalmente, que irão atender aos servidores do Município de São Pedro da Aldeia e as devidas qualificações de cada profissional.

5.1.3. Declaração de que é especializada em serviços de medicina do trabalho, saúde ocupacional e engenharia e segurança do trabalho, contendo, ou vindo a conter por posterior contratação, quadro técnico formado por profissional(is) especializado(s) em segurança do trabalho ou medicina do trabalho, admitindo-se a apresentação da cópia da carteira de trabalho, do contrato social do licitante, do contrato de prestação de serviço ou, ainda, declaração de futura contratação do profissional detentor do atestado apresentado, desde que acompanhada da anuência deste.

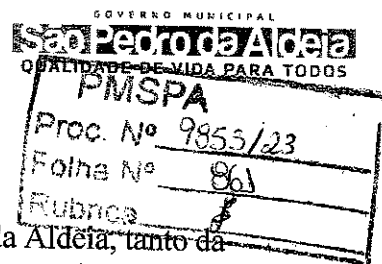
5.1.4. Comprovante de aptidão para a execução desta licitação através de Atestados Técnicos ou Carta de Referência, com complexidade compatível ao objeto licitado, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, pelo qual a empresa ou profissional tenha sido responsável pelo acompanhamento da execução dos serviços similares em características, quantidades e prazos, ao do objeto do presente edital.

5.1.4.1. O atestado deverá conter as seguintes informações: nome da empresa ou Profissional e do Contratante; comprovação de prestação de serviços na área de saúde e/ou medicina do trabalho; período de execução e descrição dos serviços executados e suas quantidades, que comprove em cada contrato a execução do serviço de características semelhantes.





ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA ALDEIA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO



**6. ESTIMATIVA DE SERVIDORES A SEREM ATENDIDOS:**

6.1. O quantitativo de servidores públicos do Município de São Pedro da Aldeia, tanto da Administração Direta, é de aproximadamente 4.900 (quatro mil e novecentos).

6.2. Compõem o quadro de servidores públicos os Estatutários, contratados e os extraquadros de livre nomeação exoneração.

6.3. O número de servidores supracitado é estimado, tendo em vista que há constante mudança, não podendo ser exigido ou considerado como fator para pagamento/cobrança de quaisquer naturezas.

**7. DA ESTIMATIVA DE CUSTOS PARA A CONTRATAÇÃO:**

7.1. A pretensa contratação visará o alcance da melhor proposta a ser realizada através de licitação do tipo menor preço global, processando-se nos termos da Lei Federal n.º 14.133/2021, demais legislações pertinentes e pelas condições constantes do Edital.

7.2. O preço estimado é o parâmetro que dispõe a Administração para julgar licitações e efetivar contratações, desde que feito pelo preço de mercado, e deverá ser elaborado em consonância com a legislação pertinente;

**8. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:**

8.1. Os recursos necessários para cobertura do presente correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

Secretaria	Dotação orçamentária	Elemento de despesa	Ficha
Secretaria Municipal de Administração	04.125.004.2.138	3.3.90.39.06.01	61

**9. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS:**

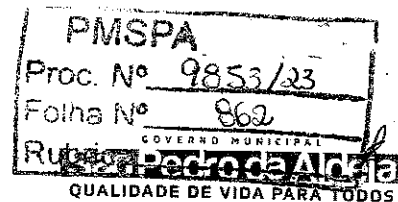
9.1. A estimativa de preços ofertados pelas empresas licitantes, deverá conter discriminação detalhada, de acordo com a especificação do serviço, contendo preço unitário de cada serviço e total, cotados em moeda nacional, já considerando todas as despesas que incidam direta ou indiretamente nos preços para execução do objeto da contratação, conforme formulário anexo ao Edital.

9.2. As propostas de serviços que ultrapassem o valor máximo estimado, serão descartadas, sendo mantidas até o final todas as propostas de valores iguais ou inferiores.

9.3. O julgamento das propostas de preços será pelo critério do menor preço Global, sendo declarada vencedora a pessoa jurídica que apresentar o menor preço global igual ou inferior ao valor máximo estimado e que atender a todos os requisitos e exigências desse Termo de Referência e apresentar todos os documentos de regularidade fiscal, jurídica e atestados de capacidade técnica.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA ALDEIA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO



**10. FORMA DE EXECUÇÃO DO SERVIÇO:**

10.1. A prestação dos serviços valorados, será executada pela CONTRATADA utilizando-se de profissionais especializados de acordo com a natureza das tarefas a serem executadas, competindo a CONTRATADA elaborar Cronograma de atuação de atividades, mediante informações prestadas pela CONTRATANTE quanto ao número de órgãos e servidores a serem atendidos, durante o decorrer da contratação, bem como respeitando o Plano de Execução de Serviço.

10.2. O perfil geral para todos os profissionais integrantes dos quadros ou contratados pela CONTRATADA para a execução dos serviços, deverão contemplar:

- a) Responsabilidade;
- b) Polidez e Disciplina;
- c) Dinamismo e Iniciativa para o desempenho das atribuições demandadas;
- d) Autodomínio;
- e) Senso de organização;
- f) Aptidão para atendimento ao público;
- g) Capacitação para o desenvolvimento das atividades;
- h) Cordialidade;
- i) Postura compatível às atividades desenvolvidas;
- j) Educação, urbanidade, presteza, fineza e atenção no trato com todos;
- k) Zelo pela segurança, limpeza e conservação dos equipamentos e instalações;
- l) Abster-se da execução de atividades alheias aos objetivos do contrato.

10.3. A CONTRATADA, após realização do PGR de cada órgão integrante da Administração Pública, identificará os possíveis riscos a que por ventura estiverem sendo expostos os servidores, indicando os procedimentos que devem ser adotados para a diminuição dos riscos constatados no ambiente de trabalho, bem como a indicação dos exames que deverão ser feitos para os servidores daquele órgão.

10.4. A CONTRATANTE disponibilizará a CONTRATADA a relação nominal dos servidores, por órgão da Prefeitura, já avaliado, para que sejam feitas as consultas médicas necessárias ao atendimento do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional – PCMSO, disponibilizando local dentro das unidades de sua Estrutura e, na falta deste, a CONTRATADA, disponibilizará local para a execução das consultas médicas.

10.5. Os exames médicos clínicos, laboratoriais e de imagem solicitados, serão realizados nas clínicas conveniadas pela CONTRATADA, que disponibilizará listagem com os endereços a CONTRATANTE, vedada a cobrança de qualquer custo ao servidor para sua realização, uma vez considerada a responsabilidade da Contratante pelo pagamento do respectivo exame.

10.5.1 os exames médicos poderão ser realizados em local determinado pela municipalidade, na sede do município, a fim de garantir a economicidade de tempo e a volta do servidor ao trabalho acarretando em menor ônus para administração.

10.5.2. As clínicas indicadas para exames médicos deverão estar localizadas no Município de São Pedro da Aldeia, visando assim evitar custo de deslocamento do servidor, sendo que, caso a empresa indique clínicas localizadas fora do Município, caberá a contratada arcar com o custo de transporte de cada servidor, com ida e volta e alimentação.



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA ALDEIA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**

GOVERNO MUNICIPAL	
<b>São Pedro da Aldeia</b>	
QUALIDADE DE VIDA PARA TODOS	
Proc. Nº	9853/23
Folha Nº	863
Rubrica	

**10.5.3.** Os exames médicos poderão ser realizados através de unidades móveis legalizadas na ANVISA, a critério da contratante e sem ônus.

**10.6.** As inspeções relativas à execução dos Programas do PGR/LTCAT, serão realizadas por médico, especialista em medicina do trabalho, e/ou engenheiro de segurança do trabalho, bem como sua equipe técnica, através de visitas aos órgãos da administração pública, para análise dos processos de produção e métodos de trabalho, bem como entrevistas com ao menos um servidor público.

**10.7.** Os documentos relativos aos serviços executados, serão encaminhados pela Contratada a Contratante, sendo estes:

- a) ASO (Atestado de Saúde Ocupacional);
- b) PCMSO (Programa de Controle de Saúde Ocupacional);
- c) LTCAT (Laudo Técnico de Condições Ambientais de Trabalho)
- d) PGR (Programa de Gerenciamento de Riscos).
- e) LTIP (Técnico de Insalubridade e Periculosidade)
- f) PPP (Perfil Profissiográfico Previdenciário)

9853/23  
726  
41

**11. PLANO DE EXECUÇÃO:**

**11.1.** No plano de execução dos serviços a CONTRATADA deverá levar em consideração os seguintes aspectos:

- a) Cronograma Anual de atividades;
- b) Cumprimentos de prazos e metas,
- c) Possibilidade de acessar todos os Órgãos integrantes da estrutura pública, bem como todas as pessoas em tempo hábil;
- d) Viabilidade de realização de todas as avaliações quantitativas essenciais para desenvolvimento dos programas;
- e) Solução de problemas.

**12. LOCAL E PRAZO DA EXECUÇÃO DO SERVIÇO CONTRATADO:**

**12.1.** Os serviços de Segurança e Medicina do Trabalho, ora contratados, poderão ser executados, nos seguintes locais:

**12.1.1.** Para a realização de Condições de Trabalho dos servidores, para avaliação de Riscos, Ruídos, Medições de Temperatura entre outros, as visitas serão realizadas nos órgãos integrantes da Prefeitura de São Pedro da Aldeia, através de visitas agendadas;

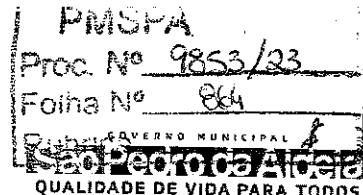
**12.1.2.** Em salas reservadas e capacitadas para a realização de consultas, dentro dos órgãos da Administração pública, quando existentes, previamente agendadas;

**12.1.3.** Em espaço físico para o atendimento *in company*, que permita a realização de exames e consultas, respeitando a privacidade durante os procedimentos;

**12.1.4.** Em clínicas ou locais conveniados com a CONTRATANTE, que deverá disponibilizar a Contratada listagem com endereços e telefones, para agendamento.



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA ALDEIA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**



**12.1.5.** Os serviços executados pela CONTRATADA serão comprovados, através de expedição dos registros e/ou laudos, deverão ser assinados por médico, especialista em medicina do trabalho, e engenheiro de segurança do trabalho, com a descrição do órgão que está sendo avaliado e assinatura de dois servidores do local e órgão.

**12.1.6.** Para possibilitar o envio das informações ao eSocial, deverá a CONTRATADA disponibilizar arquivo em mídia digital à CONTRATANTE, com todos os dados necessários aos serviços contratados, em atendimento das exigências do Decreto Federal n. 8.373/2014.

**13. DOS PRAZOS:**

**13.1.** Considerando o número de órgãos e servidores que compõem a Estrutura organizacional do Município de São Pedro da Aldeia, bem como o número elevado de servidores, o prazo para a execução dos serviços/contrato será de até 12 (doze) meses, a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogado ou alterado nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

**13.1.1** Para dar início a execução do contrato, a CONTRATADA em conjunto com a CONTRATANTE, que prestará as informações necessárias, deverá apresentar o Cronograma de prestação de serviços em até 30 (trinta) dias, a contar da assinatura do Contrato.

**13.2.** A partir da elaboração e entrega do Cronograma de prestação de serviços, dará início a entrega dos seguintes produtos:

- a) Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR) e respectiva coordenação;
- b) Laudo Técnico de Condições Ambientais do Trabalho;
- c) Laudo Técnico de Insalubridade e Periculosidade;
- d) Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO) e respectiva coordenação;
- e) Perfil Profissiográfico Previdenciário

**13.3.** A CONTRATADA deverá entregar, mensalmente, relatório de execução dos serviços prestados, onde deverão constar o quantitativo de produtos executados, a fim de serem analisados pela CONTRATANTE, sob pena de aplicação de sanções;

**13.4.** Ao final do prazo contratual, previsto no item 13.1, a CONTRATADA deverá ter entregue a totalidade da quantidade estimada e ratificada no planejamento.

**13.5.** A CONTRATADA terá o prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, após o recebimento da solicitação, para agendar, realizar e entregar os resultados dos Exames Clínicos Ocupacionais dos funcionários e servidores que comparecerem.

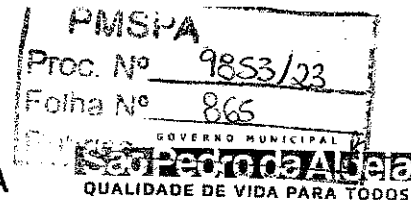
**13.6-** Os serviços serão fiscalizados pelos Fiscais do Contrato.

**14. DO RECEBIMENTO DOS SERVICOS:**

**14.1.** O recebimento do objeto licitado, através de arquivos digital ocorrerá em duas etapas:



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA ALDEIA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO



a) **Recebimento provisório:** o serviço será recebido provisoriamente, pelo responsável pelo seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico, que será encaminhada mensalmente, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações exigidas.

b) **Recebimento definitivo:** no prazo de 05 dias úteis após o recebimento provisório, a fiscalização avaliará as características do serviço prestado, que, estando em conformidade com as exigências de caráter técnico, será recebido definitivamente e autorizado o seu pagamento.

14.2. Em caso de irregularidades apuradas no momento da entrega, o serviço poderá ser recusado de pronto, no todo ou em parte, mediante termo correspondente, ficando dispensado o recebimento provisório, e fazendo-se disso imediata comunicação escrita a contratada.

14.3. Se após o recebimento provisório, constatar-se que o serviço foi prestado incorretamente, a fiscalização notificará por escrito a contratada para proceder à regularização.

14.4. Se a contratada não regularizar o serviço em desconformidade com as condições contratuais, o fiscal do contrato fará relatório circunstanciado à unidade competente com vistas à glosa da nota fiscal, no valor do serviço recusado ou não entregue, e a enviará para pagamento, informando, ainda, o valor a ser retido cautelarmente, para fazer face a eventual aplicação de multa.

**15. DO PAGAMENTO:**

15.1. A CONTRATADA deverá apresentar Nota Fiscal e Relatório de serviços prestados até o quinto dia útil do mês seguinte ao da prestação dos serviços.

15.2. O prazo para pagamento será de até 30 (dias) dias corridos, a contar da entrega da Nota Fiscal de Serviços, boleto e Relatório de serviços prestados.

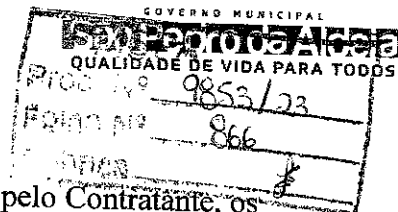
15.3. A Nota fiscal deverá ser emitida pela própria CONTRATADA, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ e deverá conter o detalhamento dos serviços executados, bem como a comprovação dos serviços, através de Notas de Serviços, assinadas pelos médicos ou engenheiros responsáveis pelos servidores atendidos.

15.4. O pagamento mensal da prestação de serviços acima mencionado estará condicionado à efetiva prestação com apresentação do Relatório de prestação de serviços demonstrando o quantitativo de produtos executados.

15.5. A CONTRATANTE, observará rigorosamente a manutenção das condições de habilitação e de regularidade da CONTRATADA, devendo a empresa apresentar junto com o boleto e/ou Nota fiscal, a seguinte documentação de Regularidade Fiscal: a) Certidão Negativa de Tributos Municipais do domicílio do Contratado; b) Certidão Negativa de Tributos da Fazenda Estadual do domicílio do Contratado; c) Certidão Negativa Conjunta de débitos emitida pela Receita Federal; d) Certificado de Regularidade do FGTS, emitido pela Caixa Econômica Federal; e, e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA ALDEIA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**



**15.6.** Sobre o pagamento efetuado será retido na fonte e recolhido, pelo Contratante, os tributos federais, previstos na IN RFB 1234/2012 e na IN RFB Nº 1540/2015 e alterações seguintes, com exceção das empresas optantes pelo Simples Nacional. Caso a contratada seja optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação por meio de documento oficial de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

**15.6.1** Caso o serviço seja realizado na cidade de São Pedro da Aldeia o ISS poderá ser retido pela municipalidade conforme preconiza a lei

**15.7.** Na hipótese de ocorrer algum tipo de irregularidade na Nota Fiscal ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o contratante notificará ao contratado para que proceda a devida correção, ficando o prazo de pagamento interrompido, prosseguindo sua contagem quando do recebimento pelo contratante dos documentos devidamente corrigidos.

**15.8.** Sendo identificada cobrança indevida após o pagamento, os fatos serão informados à contratada para que seja feita glosa do valor correspondente no próximo documento de cobrança.

**15.9.** Sendo identificada cobrança indevida após o pagamento da última parcela, os fatos serão informados à contratada para que seja feita a devolução do valor, em prazo a ser fixado pelo contratante.

**15.10.** Os pagamentos poderão ser suspensos pelo Contratante nos seguintes casos:

- a) Não cumprimento das obrigações da Contratada com terceiros, estes relacionados com os serviços contratados e que, a prejuízo do Contratante, possam, de qualquer forma, causar-lhe prejuízos ou colocar em risco a prestação dos serviços;
- b) Inadimplemento das obrigações contratuais assumidas pelo/a Contratado/a; c) Erros ou vícios nos Recibos ou notas fiscais.

**15.11.** No caso de isenção de recolhimento prévio de algum imposto, taxa ou contribuição, deverá ser consignada no corpo do documento fiscal a condição da excepcionalidade, o enquadramento e fundamento legal, acompanhado de declaração de isenção e responsabilidade fiscal, assinada pelo representante legal da empresa, com fins específicos e para todos os efeitos, de que é inscrita/enquadrada em sistema de apuração e recolhimento de impostos e contribuições diferenciado, e que preenche todos os requisitos para beneficiar-se da condição, nos termos da lei.

**15.12.** O Contratante poderá deduzir do montante a pagar ao contratado os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pelo/a empresa contratada, nos termos do contrato.

**15.13.** Nenhum pagamento será realizado ao Contratado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira decorrente de penalidade ou inadimplência contratual, sem que isso gere direito a reajustamento e/ou atualização de valor ou quaisquer ônus para o Contratante.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA ALDEIA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

PMSPA  
Proc. Nº 9853/23  
Folha Nº 867  
RUBRICA: **São Pedro da Aldeia**  
GOVERNO MUNICIPAL  
QUALIDADE DE VIDA PARA TODOS  
9853/23  
728  
141

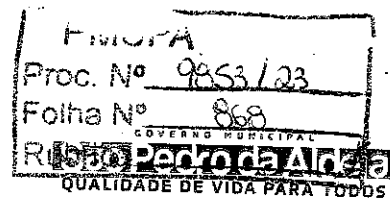
- 15.14. O Contratante não pagará juros de mora por atrasos de pagamentos com ausência total ou parcial de documentação hábil ou pendente de cumprimento de quaisquer cláusulas contratuais. O Contratante reserva-se ao direito de não efetuar o pagamento se, no ato da atestação, o serviço não estiver de acordo com as especificações exigidas.
- 15.15. O atraso na apresentação, por parte do contratado, da Nota Fiscal de Serviços, boleto e documentação, exigidos como condição para pagamento importará em prorrogação automática do prazo em igual número de dias de vencimento da obrigação do Contratante.
- 15.16. Na contagem dos prazos estabelecidos no contrato, para efeito de pagamento, excluirá o dia do início e incluir-se-á o dia do vencimento, só se iniciando e se vencendo os prazos em dia de expediente do Contratante.
- 15.17. No valor total da contratação deverão estar incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxas, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.
- 15.18. Não será considerada retenção de pagamento quando este deixar de ocorrer em razão da não apresentação da totalidade dos documentos e comprovações relacionados neste item, visto que o prazo para pagamento somente começa a correr após a apresentação da totalidade dos mesmos.
- 15.19. A critério do contratante, poderá ser utilizado o valor contratualmente devido, para cobrir dívidas de responsabilidade da contratada para com ela, relativas a multas que lhe tenham sido aplicadas em decorrência de irregular execução contratual.
- 15.20. Os pagamentos serão efetuados, obrigatoriamente, por meio de crédito em conta corrente da instituição financeira, cujo número e agência deverão ser informados pela CONTRATADA até a assinatura do contrato.
- 16. PRAZO DA CONTRATAÇÃO:**
- 16.1. Considerando tratar-se de um serviço de duração continuada, a presente contratação terá inicialmente a duração de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado, desde que haja interesse entre as partes, conforme previsto na legislação;
- 16.2. Os serviços serão solicitados conforme a necessidade da CONTRATANTE, podendo ser utilizado no período de 12 (doze) meses a totalidade dos itens especificados ou não, com base nos relatórios apresentados pela CONTRATADA.

**17. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:**

- 17.1. Este item apresenta requisitos que deverão ser aplicados pela empresa CONTRATADA, com vistas à operacionalização e desenvolvimento dos serviços prestados ao Governo do Município de São Pedro da Aldeia, quais sejam:



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA ALDEIA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**



- 17.2. Realizar visitas presenciais aos locais de trabalho previamente informados pela CONTRATANTE;
- 17.3. Realizar entrevistas presenciais com número proporcionalmente aceito pela metodologia legal para amostragem dos funcionários (considera-se para tanto que não é necessário entrevistar todos os funcionários que executem a mesma atividade, mas sim um número que seja suficiente e legalmente aceito para desenvolvermos uma base sólida) e servidores previamente informados pela Contratante;
- 17.4. Realizar atendimento mensal dos servidores encaminhados pela CONTRATANTE conforme previsto neste TR, obedecendo o cronograma de atividades fixado.
- 17.5. A CONTRATADA deverá disponibilizar um Canal de comunicação (preferencialmente online/eletrônico) para agendamento de consultas e exames dos servidores do Município de São Pedro da Aldeia.
- 17.6. Acompanhar a execução dos serviços exercidos pelos servidores e funcionários da CONTRATANTE, com vistas a elaboração dos laudos objeto da contratação;
- 17.7. A CONTRATADA deverá dispor, ou, viabilizar estrutura adequada para realização de entrevistas e exames, quando a realização destes não forem possíveis nos locais previamente indicados pela CONTRATANTE;
- 17.8. A CONTRATADA deverá enviar para a CONTRATANTE todos os documentos, registros e informações inerentes aos serviços prestados, dentro de período hábil conforme a realização e espécie dos exames e avaliações, considerando para tanto, o número de funcionários e servidores avaliados, bem como, a complexidade dos serviços a serem encaminhados.
- 17.9. A CONTRATADA encaminhará, mensalmente, boletim de medição, consistente em relatório analítico e sintético de todas as atividades e serviços prestados, cuja aprovação ou pedido de complementação será respondida pela contratante no prazo de 7 dias úteis.
- 17.10. Uma vez aprovado o boletim de medição, a CONTRATADA encaminhará nota fiscal referente aos serviços prestados, no prazo de 5 dias úteis.
- 17.11. A CONTRATADA deverá disponibilizar meio de comunicação que permita a consulta ou fornecimento de informações dos serviços já realizados ou a serem realizados, conforme necessidade e urgência da CONTRATANTE.
- 17.12. Permitir, conforme adequações contratuais, os esclarecimentos complementares que se façam necessários pela CONTRATADA.
- 17.13. Os relatórios, documentos e demais registros emitidos pela CONTRATADA serão enviados por meio virtual a Contratante, no formato PDF.
- 17.14. Executar os serviços em estrita observância das especificações do Termo de Referência e do contrato, com os recursos necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais;





**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA ALDEIA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**

<b>PMSPA</b>	
Proc. Nº	9853/23
Folha Nº	869
Rubrica	9853/23
QUALIDADE DE VIDA PARA TODOS	

- 17.15. Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, seguros e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.
- 17.16. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com o do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).
- 17.17. Atender a quaisquer exigências do contratante, inerentes ao objeto do presente Termo e do contrato, em prazo fixado pela CONTRATANTE, conforme a razoabilidade que o caso exija.
- 17.18. Manter, durante toda a execução do contrato, compatibilidade com as obrigações assumidas e com todas as condições de habilitação e regularidade exigidas na licitação.
- 17.19. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas os serviços com imperfeições, erros ou defeitos, em prazo fixado pela CONTRATANTE, conforme a razoabilidade que o caso exija;
- 17.20. Não transferir a terceiros as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigado, exceto mediante prévia anuência do contratante, se for o caso.
- 17.21. Responsabilizar-se civil, administrativa e penal e ressarcir eventuais danos de quaisquer naturezas causadas diretamente ao Contratante, seus funcionários ou a terceiros, decorrente de culpa ou dolo na execução dos serviços, objeto da contratação, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade, a fiscalização da contratante, em seu acompanhamento;
- 17.22. Fica esclarecido de que não se estabelece, por força da prestação dos serviços objeto do contrato, qualquer relação de emprego entre o contratante e os empregados que a contratada fornecer para execução dos serviços;
- 17.23. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos e supressões que se fizerem necessários na prestação dos serviços contratados em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação;
- 17.24. Não empregar menores de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, bem como a não empregar menores de 16 anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, nos termos estabelecidos no art. 7º, XXXIII da Constituição Federal;
- 17.25. Não proceder à veiculação de publicidade acerca deste contrato, salvo se houver prévia autorização do contratante;
- 17.26. Comunicar ao contratante, quaisquer fatos ou circunstâncias detectadas quando da execução dos serviços contratados, que prejudiquem ou possam prejudicar, a qualidade dos serviços ou comprometer a integridade de pessoas e do patrimônio público



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA ALDEIA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

PMSPA  
Proc. Nº 9853/23  
Folha Nº 840  
Rubrica: [assinatura]  
GOVERNO MUNICIPAL  
QUALIDADE DE VIDA PARA TODOS

17.27. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

17.28. Cumprir a legislação brasileira sobre segurança da informação, privacidade e proteção de dados, assumindo o compromisso de manter a confidencialidade e sigilo sobre todas as informações fornecidas pelo contratante; e, obriga-se, também, a tratar e a descartar os dados em conformidade com Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD;

17.29. Manter consigo os prontuários individuais dos trabalhadores da contratante, durante o período de duração deste contrato, e entregá-los à contratante, em caso de rompimento do contrato, bem como ao final de sua vigência;

17.30. Indicar os profissionais que realizarão os serviços de Medicina do Trabalho, Saúde Ocupacional e Segurança do Trabalho, e apresentar seus respectivos comprovantes de formação na área;

17.31. Observar, na elaboração dos serviços, as regras constantes das NR (Normas Regulamentadoras) do MTE (Ministério do Trabalho e Emprego).

17.32. Dispor de profissionais necessários à execução dos serviços descritos, prevendo substitutos, no caso de possíveis ausências.

17.33. Para a elaboração do PGR, deverá a Contratante dispor de Engenheiros de Segurança do Trabalho e Técnicos de Segurança do Trabalho, em número suficiente para visitar cada Órgão integrante do Município, para a realização das inspeções e medições indicadas.

17.34. Para a elaboração do PCMSO, deverá a CONTRATADA ter médicos suficientes para atender a presente demanda nos prazos estipulados no Cronograma de prestação de serviços.

17.35. Deverá a CONTRATADA realizar relatório do PCMSO, com vistas a auxiliar à CONTRATANTE na alimentação do eSocial, conforme periodicidade indicada pela legislação.

17.36. Para a elaboração dos laudos referentes ao LTIP e LTCAT, estes deverão ser feitos nos setores e funções dos Órgãos integrantes Município, devendo ser obedecidas as orientações das Normas Regulamentadoras vigentes, sobretudo NR-15 e NR-16 e da Portaria MS/SUS n. 453/98, devendo as informações constarem de planilhas de avaliações a serem encaminhadas por mídia digital, mensal, conforme avanços das avaliações pela a Contratada.

**17.36.1. As Planilhas de Avaliação** – Deverão constar: Nome do setor/Órgão a ser avaliado, data, jornada de trabalho, horário de trabalho, atividade, UR (%), Temperatura Ambiente, citar as máquinas e equipamentos utilizados, descrever as atividades do ambiente periciado, descrever o ambiente periciado, citar os riscos no ambiente, sendo que para os riscos químicos, caso haja, citar relação de produtos manuseados.

**17.36.2. Avaliação Quantitativa da Exposição** – Agentes Químicos em relação a NR-15, deverá ser informado o instrumento utilizado, equipamento, marca,



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA ALDEIA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**

<b>PMSPA</b>	
Proc. Nº	9853/23
Folha Nº	893
Rubrica	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
QUALIDADE DE VIDA PARA TODOS	

730 9853/23

modelo, certificado de calibração. Laboratório que analisou a amostra. Agente Avaliado: metodologia aplicada, velocidade do ar, vazão, limite de tolerância, concentração encontrada. Tipo de exposição. Tempo de exposição. Período de coleta. Tempo de Coleta: (min) Volume utilizado (ml). Fonte geradora, Trajetória e meio de propagação. Possíveis danos à saúde.

**17.36.3. Avaliação Qualitativa da Exposição** – Agentes Químicos: Caracterização da atividade e do agente em relação a NR-15. Descrição da atividade pela legislação, Descrição da atividade real, Agente Avaliado, possíveis danos à saúde, Fonte geradora, Trajetória e meio de propagação. Tipo de Exposição. Tempo de Exposição. Quando manuseada por vez (unidade), Quantas vezes por dia (unidade).

**17.36.4. Avaliação Quantitativa da Exposição** – Agentes Biológicos – Caracterização da atividade e do agente em relação a NR-15. Descrição da atividade pela legislação, descrição da atividade real. Agente Avaliado. Tipo de Exposição. Tempo de exposição. Período de coleta. Quando manuseada por vez (unidade), Quantas vezes por dia (unidade). Possíveis danos à saúde, Fonte geradora, Trajetória e meio de propagação.

**17.36.5. Avaliação Quantitativa da Exposição** – Agentes Físicos: **RUÍDOS** – Instrumento utilizado: Equipamento, Marca modelo. Calibração: Inicial (dB), Final (dB). Horários. Metodologia. Tipo de exposição. Tempo de Exposição. Dose (%), Valor Medido Lavg – dB (A), Limite de Tolerância (dB), Nível de Ação (dB). Possíveis danos à saúde, Fonte geradora, Trajetória e meio de propagação.

**17.36.6. Avaliação Qualitativa da Exposição** – Agentes Físicos – **Caracterização da atividade e do agente em relação a NR-15.** Descrição da atividade real. Agente Avaliado. Tipo de Exposição. Tempo de Exposição. Possíveis danos à saúde, Fonte geradora, Trajetória e meio de propagação, a temperatura deverá sempre ser medida, independente da presença ou não de sistema de climatização.

**17.37.** Realizar as consultas clínicas ocupacionais com o subsídio prévio do PCMSO, relacionando por cargo, setor e função os desvios de saúde que devem merecer atenção.

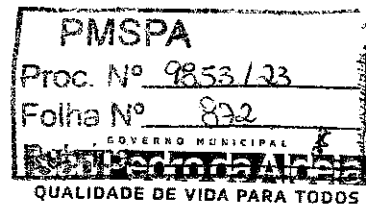
**17.38.** Proceder à anamnese clínica e ocupacional (atual e pregressa), realizar o exame físico completo e atender durante todo o desenvolvimento da semiologia para sinais e sintomas possivelmente relacionados com riscos identificados na grade de exames médicos do PCMSO.

**17.39.** Preencher todos os itens da Ficha Clínica Ocupacional à saber: Identificação do servidor, tipo de exame, hábitos de vida, antecedentes mórbidos, imunizações, anamnese ocupacional, história ocupacional atual, acidentes de trabalho, história clínica atual, exame físico, hipóteses diagnosticas e conclusão

**17.40.** Concluir pela aptidão ou inaptidão para a função proposta, informando sua decisão e o motivo que a determinam ao empregado.



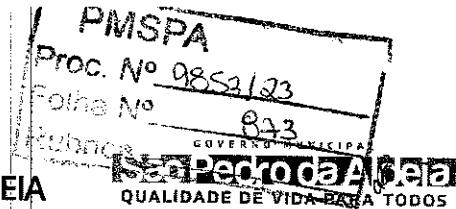
ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA ALDEIA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO



- 17.41. Preencher o Atestado de Saúde Ocupacional – ASO em 3 (três) vias que serão assinadas pelo médico do trabalho e o servidor, sendo a 1ª via encaminhada a CONTRATANTE, a 2ª ao servidor e a 3ª será arquivada junto ao prontuário médico do servidor.
- 17.42. Caso o servidor precise de tratamento médico de doenças diagnosticadas, deverá a Contratada fazer o encaminhamento do servidor para o SUS.
- 17.43. Emitir em receituário ou formulário específico, orientações ao Contratante (restrições à atividade laboral), situação técnico ou legalmente incorretas a corrigir.
- 17.44. Atestar a aptidão física e mental para a função pretendida pelo servidor, através de Atestado de Saúde Ocupacional – ASO.
- 17.45. Os dados de avaliação clínica e complementar, conclusões e medidas aplicadas, são registradas em prontuário clínico individual, que ficará sob a responsabilidade do médico conveniado pela Contratada.
- 18. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:**
- 18.1. Cumprir e fazer cumprir integralmente os termos do presente Termo e do Contrato a ser firmado.
- 18.2. Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços realizados em desacordo com este Termo de Referência e Contrato.
- 18.3. Adimplir com o pagamento do valor pactuado, na forma e nos prazos determinados contratualmente.
- 18.4. Fornecer à contratada todas as informações necessárias à realização dos serviços, devendo especificar os detalhes necessários à perfeita consecução dos mesmos, tais como: percursos a serem realizados, etc.;
- 18.5. Proporcionar todas as condições necessárias ao bom andamento da prestação dos serviços contratados.
- 18.6. Notificar, por escrito, à contratada, sobre a ocorrência de eventuais imperfeições, falhas, incorreções e irregularidades observadas na execução do objeto contratual, fixando prazos para as devidas correções.
- 18.7. Acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato;
- 18.8. Aplicar sanções ou rescindir o contrato, no caso de inobservância pela contratada de quaisquer das cláusulas e condições estabelecidas no Contrato, com observância dos ditames previstos na Lei de licitações.
- 18.9. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da fatura de serviços da contratada, em conformidade com a legislação vigente, caso necessário.



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA ALDEIA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**



**18.10.** Fornecer a relação nominal dos trabalhadores, contendo obrigatoriamente as seguintes informações: nome completo, RG, data de nascimento, sexo, município, estado civil, número de inscrição do trabalhador- NIT (PIS-PASEP), data de admissão, setor, cargo com código brasileiro de ocupação (CBO/TEM), função, nº do C.A. (Certificado de Aprovação MTE) do E.P.I (Equipamento de Proteção Individual), FISPO (ficha de Informação de Segurança de Produtos Químicos) utilizada no processo industrial, caso tenha.

**18.11.** Encaminhar os trabalhadores para a realização de exames médicos após a elaboração e implantação PCMSO.

**18.12.** Agendar e encaminhar os funcionários para realização dos exames e consultas, através de documentação competente, contendo o nome, número da carteira de identidade, setor, cargo e função exercida pelo trabalhador;

**19. DAS PENALIDADES:**

**19.1.** Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/2021, a CONTRATADA que:

**19.1.1.** Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

**19.1.2.** Ensejar o retardamento da execução do objeto;

**19.1.3.** Falhar ou fraudar na execução do contrato;

**19.1.4.** Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal.

**19.2.** Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

**19.2.1.** Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

**19.2.2.** Multa de:

**19.2.2.1.** 0,1% (um décimo por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 20 (vinte) dias. Após o vigésimo dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

**19.2.2.2.** 5% (cinco por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

**19.2.2.3.** 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA ALDEIA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

19.2.2.4. 0,2% a 1,6% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das tabelas 1 e 2, abaixo;

19.2.2.5. Penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

19.2.3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o Estado, pelo prazo de até dois anos;

19.2.4. Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;

19.2.4.1. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa nos termos da Lei nº 14.133/2021.

19.2.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

19.3. As sanções previstas poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

19.4. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

TABELA 1	
GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato

TABELA 2		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal, por ocorrência.	4
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento.	4
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia.	3
4	Recurse-se a executar serviço determinado pela Comissão de Fiscalização do contrato.	2



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA ALDEIA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

PMSPA
Proc. Nº 9855/23
Folha Nº 825
Rubrica <b>São Pedro da Aldeia</b>
QUALIDADE DE VIDA PARA TODOS

5	Deixar de cumprir qualquer do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência, por item de ocorrência.	9855/23 232 2
6	Deixar de indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no Edital/Contrato	1

**19.5.** Também ficam sujeitas às penalidades do art. 156, III e IV da Lei nº 14.133/2021, as empresas ou profissionais que:

**19.5.1.** Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

**19.5.2.** Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação e demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

**19.6.** A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133/2021, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

**19.6.** As multas devidas e/ou prejuízos causados à CONTRATANTE serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor do Município, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa do Município e cobrados judicialmente.

**19.8** A multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

**19.9.** Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a contratante poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

**19.10.** A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

**19.11.** As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

**19.12.** Ocorrendo qualquer outra infração legal ou contratual, o contratado estará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que couber, às seguintes penalidades, que deverá(ão) ser graduada(s) de acordo com a gravidade da infração:

- a) advertência;
- b) multa administrativa;
- c) suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública do Município de São Pedro da Aldeia;
- d) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA ALDEIA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

PMSPA  
Proc Nº 9853/23  
Folha Nº 876  
GOVERNO MUNICIPAL  
R. 1520-20-003-21-32  
QUALIDADE DE VIDA PARA TODOS

**20. DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO:**

20.1. O contrato, incluídas as Notas de Empenho, devem ter sua execução acompanhada e fiscalizada por servidor formalmente designado para tanto.

20.2. Serão designados servidores que irão compor a fiscalização do presente contrato, sendo responsáveis por exigir da Contratada o cumprimento das regras estabelecidas no Edital e em seus anexos (TR e Contrato).

20.3. A fiscalização será exercida no interesse do contratante e não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades, e, na sua ocorrência, não implica corresponsabilidade do contratante; nem lhe confere responsabilidade solidária, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades ou danos na prestação dos serviços contratados.

20.4. A fiscalização, será responsável pelo acompanhamento do contrato adotando as providências necessárias ao regular e efetivo cumprimento do contrato, bem como anotar as infrações contratuais constatadas, comunicando às mesmas a contratada; atestar a(s) nota(s) fiscal(is) caracterizando o aceite dos serviços realizados e, rubricar os demais documentos apresentados pela contratada.

**21. DOS RESULTADOS ESPERADOS:**

21.1. Obtenção dos laudos e exames relevantes e imprescindíveis ao envio de dados exigidos pelo eSocial, buscando evitar ou, ao menos, minorar as multas e sanções previstas pela implementação do eSocial, através do Decreto Federal 8.373 de 11 de dezembro de 2014 e em especial a Portaria Conjunta MTP/RFB/ME nº 2, de 19 de abril de 2022 – DOU 20/04/2022.

21.2. Sendo assim, a empresa CONTRATADA deverá assegurar a elaboração e envio de:

- a) Atestados de Saúde Ocupacional (ASO);
- b) Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO)
- c) Exames complementares: audiometria, raio-x de tórax, espirometria, hemograma, fezes, urina, dentre tantos outros quando considerados como necessários pelo médico coordenador ou quando relacionados a possível exposição a riscos ocupacionais e ambientais presentes no local de trabalho do funcionário ou que façam parte da sua atividade laboral propriamente dita.
- d) Laudo Técnico de Condições Ambientais do Trabalho (LTCAT) e Laudo Técnico de Insalubridade e Periculosidade. LTIP
- e) Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR).
- f) Perfil Profissiográfico Previdenciário (PPP)
- g) Assessoria em Comissão Interna de Prevenção de Acidentes

**22. PRAZO PARA ASSINATURA DO CONTRATO:**

22.1. Esgotados todos os prazos recursais, a Contratante convocará o vencedor para assinar o contrato, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na legislação e alterações posteriores.

22.2. O prazo de que trata o item anterior poderá ser prorrogado uma vez, pelo mesmo período, desde que seja feito de forma motivada.





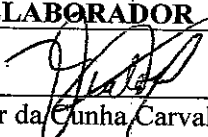



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA ALDEIA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

PMSPA  
Proc. Nº 9853/23  
Folha Nº 826  
Rubrica GOVERNO MUNICIPAL  
SÃO PEDRO DA ALDEIA  
QUALIDADE DE VIDA PARA TODOS

22.3. Se, dentro do prazo, o convocado não assinar o contrato, a CONTRATANTE convocará os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para assinatura do contrato, em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto aos preços atualizados conforme previsto no presente TR, ou então revogará a Licitação, sem prejuízo da aplicação.

9853/23  
753  
41

DA ELABORAÇÃO E APROVAÇÃO:

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO		
ELABORADOR	MATRÍCULA	RUBRICA
 Victor da Cunha Carvalho	43.197	
SECRETÁRIA	MATRÍCULA	RUBRICA
 Roberta Magalhães Pereira	38.000	

Roberta Magalhães Pereira  
Secretaria Municipal de Administração  
PMSPA

São Pedro da Aldeia/RJ, 04 de fevereiro de 2025.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA ALDEIA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

GOVERNO MUNICIPAL  
**São Pedro da Aldeia**  
QUALIDADE DE VIDA PARA TODOS

PMSPA  
Proc. Nº 9853/23  
Folha Nº 877  
Rubrica

ANEXO I

ESTIMATIVA DE PREÇOS DAS POSSÍVEIS SOLUÇÕES

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGURANÇA DO TRABALHO (SST) DE ACORDO COM A DESCRIÇÃO DE SERVIÇOS CONSTANTE NO ITEM 4 E SEUS SUBITENS DO TERMO DE REFERÊNCIA.	REFERÊNCIA	QUANTIDADE (ESTIMADA)	UNITARIO	VALOR TOTAL (VALOR MÁXIMO ACEITÁVEL-ANO)
Coordenação do PCMSO/ PGR/LTCAT/ LTIP/PPP	MÊS	12	R\$ XXX	R\$ XXX
Elaboração do PCMSO	VIDAS	4.900	R\$ XXX	R\$ XXX
Elaboração do PGR	VIDAS	4.900	R\$ XXX	R\$ XXX
Elaboração do LTCAT	VIDAS	4.900	R\$ XXX	R\$ XXX
Elaboração do LTIP	VIDAS	4.900	R\$ XXX	R\$ XXX
Elaboração do PPP	LAUDOS	4.900	R\$ XXX	R\$ XXX
Exames ocupacionais (admissão, demissão)	EXAME	1.000	R\$ XXX	R\$ XXX
Exames ocupacionais (periódico, retorno ao trabalho e mudança de cargo/função)	EXAME	4.900	R\$ XXX	R\$ XXX
Consulta com Médico do Trabalho com RQE	UNID	4.900	R\$ XXX	R\$ XXX
Consulta com Psiquiatra	UNID	490	R\$ XXX	R\$ XXX
Consulta com Cardiologista	UNID	490	R\$ XXX	R\$ XXX
Consulta com Clínico Geral	UNID	490	R\$ XXX	R\$ XXX
Consulta com Ortopedista	UNID	490	R\$ XXX	R\$ XXX
Consulta com Oftalmologista	UNID	490	R\$ XXX	R\$ XXX
Consulta com Ginecologista	UNID	490	R\$ XXX	R\$ XXX
Consulta com Psicólogo	UNID	490	R\$ XXX	R\$ XXX
Consulta Médica - Diversas especialidades	UNID	980	R\$ XXX	R\$ XXX
<b>EXAMES COMPLEMENTARES:</b>				
Teste psicológico para vigilantes, guardas e demais servidores	UNID	490	R\$ XXX	R\$ XXX



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA ALDEIA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

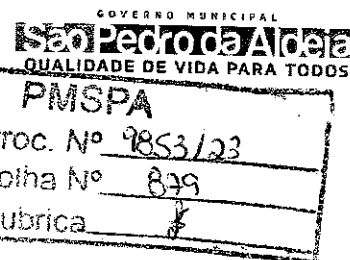
GOVERNO MUNICIPAL  
**São Pedro da Aldeia**  
QUALIDADE DE VIDA PARA TODOS

Exame toxicológico	UNID	98	R\$ XXX	R\$ XXX
Exame parasitológico de fezes	UNID	490	R\$ XXX	R\$ XXX
Hemograma completo	UNID	4.900	R\$ XXX	R\$ XXX
Ácido úrico	UNID	2.450	R\$ XXX	R\$ XXX
Hb glicada	UNID	2.450	R\$ XXX	R\$ XXX
Glicemia	UNID	2.450	R\$ XXX	R\$ XXX
Urina Tipo I	UNID	2.450	R\$ XXX	R\$ XXX
Creatinina	UNID	2.450	R\$ XXX	R\$ XXX
Colesterol Total	UNID	2.450	R\$ XXX	R\$ XXX
Triglicérides	UNID	2.450	R\$ XXX	R\$ XXX
AST – TGO	UNID	2.450	R\$ XXX	R\$ XXX
ALT – TGP	UNID	2.450	R\$ XXX	R\$ XXX
Coleta Citologia oncótica (Procedimento diagnóstico citologia oncológica)	UNID	2.450	R\$ XXX	R\$ XXX
Pesquisa de sangue oculto nas fezes	UNID	2.450	R\$ XXX	R\$ XXX
Psa	UNID	490	R\$ XXX	R\$ XXX
Anti hbs	UNID	490	R\$ XXX	R\$ XXX
Anti hbc	UNID	490	R\$ XXX	R\$ XXX
Anti hcv	UNID	490	R\$ XXX	R\$ XXX
Radiografia de Torax PA	UNID	98	R\$ XXX	R\$ XXX
ECG (Eletrocardiograma)	UNID	980	R\$ XXX	R\$ XXX
Audiometria	UNID	490	R\$ XXX	R\$ XXX
Acuidade visual	UNID	490	R\$ XXX	R\$ XXX
Espirometria	UNID	490	R\$ XXX	R\$ XXX
EEG (Eletroencefalograma)	UNID	490	R\$ XXX	R\$ XXX
Coleta Citologia	UNID	490	R\$ XXX	R\$ XXX
Outros (Sorologias, virus, hepatograma e outros eventuais)	AVALIAÇÃO	980	R\$ XXX	R\$ XXX
TOTAL:			R\$	XXX

9853/23  
PMSPA  
Proc. Nº 9853/23  
Folha Nº 878  
Rubrica



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA ALDEIA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO



ANEXO II

ESTIMATIVA DE QUANTIDADES E POSSÍVEIS SOLUCÕES

Considerando que o quadro de servidores e funcionários públicos estatutários e extraquadro de livre nomeação e exoneração e contratado a serem submetidos aos exames exigidos pelo eSocial contabilizam aproximadamente 4.900 (quatro mil e novecentos), estima-se que seja necessário para quase totalidade.

Vale esclarecer que a definição do quantitativo de exames é uma tarefa difícil, pois não se sabe quem e quantos servidores precisarão realizar exames complementares, sendo certo que somente depois da conclusão do PCMSO, LTCAT e PGR será possível verificar com precisão o quantitativo real de exames necessários.

Lembramos que as avaliações quantitativas só serão realizadas após verificações qualitativas realizadas por profissionais de segurança do trabalho que determinarão se essas são necessárias ou não dependendo da atividade e do local de trabalho do servidor, e tal cálculo é apenas uma estimativa de acordo com as funções existentes de acordo com os riscos presumidos.

Não é necessária a realização de várias avaliações quantitativas do mesmo local ou da mesma atividade quando for observado que a exposição de servidores que trabalham na mesma atividade ou no mesmo local é idêntica, nesse caso, todos estão incluídos dentro do mesmo Grupo Homogêneo de Exposição (GHE), portanto ficam expostos ao mesmo risco não sendo necessária a avaliação de todos eles.

Desta forma, considerando-se que o número de servidores gira em torno de 4.900, esclarecemos que:

1. Em relação à Coordenação do PCMSO/PGR/LTCAT/LTIP/PPP, considerando tratar-se de serviço a ser prestado para viabilizar a elaboração dos laudos, estimamos o período de 12 (doze) meses de duração da prestação dos serviços.
2. Em relação à Elaboração do PCMSO/PGR/LTCAT/LTIP/PPP, estes serão elaborados em conformidade com a necessidade do atual quadro de pessoal, tendo por base o quantitativo de 4.900 (quatro mil e novecentos) servidores.
3. Vale esclarecer que a presente contratação se trata de um registro de preços, sendo certo que a Municipalidade poderá não utilizar todo o quantitativo apresentado.
4. Em relação aos exames ocupacionais (admissão e demissão), o possível quantitativo a ser realizado foi estimado em 1.000 (mil) exames a serem realizados, considerando a realização de concurso público previsto para o ano de 2025, com o objetivo de resguardar o direito à saúde deles.
5. Em relação aos exames ocupacionais (periódico, retorno ao trabalho e mudança de cargo/função), o possível quantitativo a ser realizado foi estimado em 4.900 (quatro mil e novecentos) exames, igualando-se à totalidade de servidores, em



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA ALDEIA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**

<b>PMSPA</b>	
Proc. Nº	9853/23
Folha Nº	880
Rubrica	GOVERNO MUNICIPAL
<b>SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO</b>	
QUALIDADE DE VIDA PARA TODOS	

virtude da necessidade de que todos os servidores passem pelo médico do trabalho.

6. Com relação às consultas com médico do trabalho, há exigência de RQE (Registro de Qualificação de Especialista), um documento indispensável no caso de especialização médica. Este registro comprova o conhecimento técnico e a experiência do profissional na área. A quantidade de 4.900 (quatro mil e novecentos) consultas ocorre em virtude da necessidade de que todos os servidores passem pelo médico do trabalho, razão pelo qual o quantitativo de consultas se iguala à totalidade dos servidores, uma vez que serão feitos exames clínicos e de triagem, para que, se necessário, haja encaminhamento de tais servidores aos médicos especialistas.
7. Com relação às consultas com: Psiquiatra, Cardiologista, Ortopedista, Clínico Geral, Oftalmologista, Ginecologista e Psicólogo, o possível quantitativo a ser realizado foi estimado em 490 (quatrocentos e noventa), cada especialidade, o que representa 10% (dez por cento) dos servidores, com o objetivo de resguardar o direito à saúde do servidor.
8. Para as Consultas médicas para diversas especialidades, estima-se o quantitativo de 20% (vinte por cento) do total de servidores, o que resulta no total de 980 (novecentos e oitenta) consultas, uma vez que se entende que consultas com outras especialidades médicas, eventualmente, podem ser necessárias caso o médico clínico ou médico do trabalho assim entenda.
9. Em relação ao teste psicológico para vigilantes, guardas e demais servidores, o possível quantitativo a ser realizado foi estimado em 490 (quatrocentos e noventa), o que representa 10% (dez por cento) dos servidores, com o objetivo de resguardar o direito à saúde do servidor.
10. Em relação aos exames toxicológicos, o possível quantitativo a ser realizado foi estimado em 98 (noventa e oito) unidades, sendo 2% da atual quantidade de servidores, considerando o atual quantitativo de motoristas e os novos oriundos do futuro empossamento no concurso público previsto para o ano de 2025, com o objetivo de resguardar o direito à saúde dos servidores.
11. Em relação ao exame parasitológico de fezes, o possível quantitativo a ser realizado foi estimado em 490 (quatrocentos e noventa), o que representa 10% (dez por cento) dos servidores, com o objetivo de resguardar o direito à saúde do servidor.
12. Em relação ao hemograma completo, estima-se o quantitativo de 4.900 (quatro mil e novecentos) exames, em virtude da possibilidade de que todos os servidores realizem o exame, razão pelo qual o quantitativo de consultas se iguala à totalidade dos servidores.
13. Em relação aos exames de: Glicemia, Urina Tipo I, Creatinina, Colesterol Total, Triglicérides, AST – TGO, ALT – TGP, Coleta Citologia oncológica (Procedimento diagnóstico citologia oncológica), Pesquisa de sangue oculto nas fezes, o possível quantitativo a ser realizado foi estimado em 2.450 (dois mil e



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA ALDEIA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**

GOVERNO MUNICIPAL  
**São Pedro da Aldeia**  
QUALIDADE DE VIDA PARA TODOS

quatrocentos e cinquenta) exames, o que representa 50% (cinquenta por cento) dos servidores, com o objetivo de resguardar o direito à saúde dos servidores.

14. Em relação aos exames de Radiografia de Tórax PA, o possível quantitativo a ser realizado foi estimado em 98 (noventa e oito) unidades, sendo 2% da atual quantidade de servidores, com o objetivo de resguardar o direito à saúde dos servidores.
15. Em relação ao exame de ECG (Eletrocardiograma), estima-se o quantitativo de 20% (vinte por cento) do total de servidores, o que resulta no total de 980 exames, uma vez que se entende que tais exames, eventualmente.
16. Em relação aos exames de: Psa, Anti hbs, Anti hbc, Anti hcv, Audiometria, Acuidade visual, Espirometria, EEC (Eletroencefalograma) e Coleta Citologia, o possível quantitativo a ser realizado foi estimado em 490 (quatrocentos e noventa) exames, o que representa 10% (dez por cento) dos servidores, com o objetivo de resguardar o direito à saúde dos servidores.
17. Em relação a Outros exames (Sorologias, Vírus, Hepatograma e outros eventuais) estima-se o quantitativo de 20% (vinte por cento) do total de servidores, o que resulta no total de 980 exames, uma vez que se entende que tais exames, eventualmente, podem ser necessários caso o médico clínico ou médico do trabalho assim entenda.

São Pedro da Aldeia/RJ, 04 de fevereiro de 2025.

<b>PMSPA</b>	
Proc. Nº	9853/23
Folha Nº	881
Rubrica	